



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal,, no que couber, este último dispositivo aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do INSS, consoante o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO/INFORMAÇÃO** ao **CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS (COAF)**, em formato digital, conforme detalhamento abaixo, pelos fatos e fundamentos que na sequência são expostos.

RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – RIF DE ALBERTO GONZAGA DE LIMA (CPF 517.233.445-91), DIRIGENTE DA AAPPS UNIVERSO, ENTRE JANEIRO DE 2021 E JULHO DE 2025

JUSTIFICAÇÃO

A presente requisição é medida investigativa crucial para aprofundar as apurações desta CPMI sobre a arquitetura de um esquema que lesou o patrimônio de centenas de milhares de aposentados e pensionistas, gerando um prejuízo estimado em R\$ 255.657.455,43 apenas no âmbito da AAPPS UNIVERSO. O senhor ALBERTO GONZAGA DE LIMA, na condição de diretor, é apontado pela Advocacia-Geral da União como uma das figuras com "papel decisivo nos atos ilícitos", integrando o núcleo de uma entidade sobre a qual pesam fortes indícios de ter sido



utilizada como fachada para a prática de fraudes. As investigações da "Operação Sem Desconto" apuram crimes de extrema gravidade, incluindo organização criminosa, estelionato e, notadamente, lavagem de dinheiro e corrupção, conforme alegado na petição da AGU que acusa a associação de "Pagamento de vantagem indevida a agente público". É, portanto, dever desta Comissão perscrutar com rigor a movimentação financeira de um dos principais dirigentes da entidade.

A metodologia empregada pela própria Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União no âmbito da "Operação Sem Desconto" elege a análise dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do COAF como instrumento basilar para o rastreamento de movimentações financeiras atípicas e incompatíveis com a normalidade. Conforme detalhado na ação movida pela AGU, o exame de RIFs é o procedimento padrão para "identificar e qualificar os principais envolvidos", "apresentar os fluxos financeiros das operações analisadas" e "identificar indícios da possível infração penal antecedente". Dessa forma, para que esta CPMI possa realizar uma investigação autônoma e eficaz, é indispensável o acesso às mesmas ferramentas de inteligência financeira utilizadas pelos órgãos de controle, permitindo mapear o caminho do dinheiro e identificar os beneficiários finais de um esquema que, segundo os investigadores, foi deliberadamente montado para dissimular seus verdadeiros operadores por meio de "laranjas" e de uma profunda confusão patrimonial.

A vultosa quantia desviada e a natureza dos crimes investigados tornam a análise financeira do diretor ALBERTO GONZAGA DE LIMA um passo investigativo inafastável. A suspeita de que a AAPPS UNIVERSO operava como uma "entidade de fachada", com estrutura física e de pessoal absolutamente insuficiente para atender seus 250.010 associados, levanta questionamentos contundentes sobre o destino dos fundos arrecadados. A requisição do RIF no período proposto, de janeiro de 2021 a julho de 2025, é estratégica para analisar o fluxo financeiro do investigado antes, durante e depois do ápice do esquema fraudulento, que teve início em julho de 2022, bem como para verificar qualquer tentativa de ocultação



de patrimônio após a deflagração da operação policial. A obtenção deste relatório é, em suma, um ato necessário para garantir que os responsáveis por este ataque massivo aos rendimentos da população idosa não permaneçam protegidos pela opacidade de suas transações financeiras.

Dessa forma, considera-se que o **RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA – RIF DE ALBERTO GONZAGA DE LIMA (CPF 517.233.445-91), DIRIGENTE DA AAPPS UNIVERSO, ENTRE JANEIRO DE 2021 E JULHO DE 2025** tem muito a subsidiar os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)

